



## Exemplo nacional, Cuiabá pagará R\$ 1.212 a órfãos de feminicídio

A primeira-dama de Cuiabá, Márcia Pinheiro (PV), anunciou que a Prefeitura de Cuiabá irá dobrar o valor do auxílio pago pelo programa Solidariedade em Ação aos órfãos do feminicídio na capital. A iniciativa, inédita no país, busca suprir a ausência

de políticas públicas para essa questão recorrente em nossa sociedade. O anúncio foi feito durante o evento 16 dias pelo Fim da Violência Contra Mulher, em São Paulo, que reuniu personalidades das causas femininas de todo o país. "O projeto foi pensado

justamente nessas famílias. São avós, tios e tias que, de um dia para o outro, passam a ter a responsabilidade de oferecer um lar com segurança econômica e alimentar para essas crianças

PÁG. 6

**Um DIREÇÃO à Luz**

Seu amor ilumina.

O que a vida aproxima brilha para sempre.

**Unimed** Cuiabá

ANS - nº 34208-4

## EDITORIAL

## A Deus dará

A fome avança cada vez mais rápido no Brasil e hoje atinge um patamar comparável à década de 1990, consolidando três décadas de retrocesso no combate a esse flagelo. Conforme os dados do 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19, cerca de 33,1 milhões de pessoas não têm o que comer no Brasil, quase o dobro do que foi constatado pela primeira edição da pesquisa. De um ano para o outro, mais de 14 milhões de

pessoas passaram a viver sem ter o que comer.

Atualmente, mais de 15% da população brasileira enfrenta a fome. Já o percentual de pessoas que convive com a insegurança alimentar saltou para 58,7%, o que representa 125,2 milhões de brasileiros com alguma dificuldade para conseguir manter sua alimentação. A crise econômica causada pela pandemia de covid-19 é responsável pelo avanço da fome no Brasil, mas não é a única explicação.

É importante destacar que a pesquisa ainda não captou os impactos da guerra na Ucrânia, que levou os preços dos alimentos às alturas em todo o mundo.

A dor da fome que aflige esses milhões de brasileiros não é resultado apenas da pandemia de covid-19 ou guerra ucraniana. É resultado da política econômica do atual governo, que ignora a parcela mais pobre da população e desmanchou a maioria dos programas sociais que ajudavam a combater a fome, por razões puramente ideológicas.

Diante da inflação descontrolada, a solução de Bolsonaro

para aliviar a fome no Brasil é pedir que o setor alimentício reduza seus lucros. Mais um esforço para empurrar para outras pessoas o resultado do fracasso de sua gestão. Aliás é a segunda vez que faz isso. Em 2020, Bolsonaro também foi pedir aos supermercados que lucrassem menos, devido ao aumento dos preços dos alimentos no primeiro ano da pandemia.

Desde 2017 têm soado alertas de que o aumento da desigualdade social, atrelado ao crescimento do desemprego e os cortes em programas sociais iriam resultar em um avanço significativo da fome e da miséria no Brasil. A pan-

**Disk Farmácia**  
Ligou. Pediu. Chegou.  
**3648-8888**

**FARMÁCIA**  
**Unimed**  
Cuiabá

demia apenas acelerou essa crise que já era gestada no seio da economia brasileira. O governo brasileiro não soube, e ainda não sabe, dar uma resposta eficaz para resolver os problemas econômicos do país. Os brasileiros foram abandonados à própria sorte.

## Você conhece a BPW?

Sonia Mazetto (\*)

Há 15 anos conheci a federação internacional de mulheres de negócios e profissionais, do inglês International Federation of Business and Professional Women, a BPW — a qual até hoje tem me oferecido muito aprendizado ao longo de todo esse tempo. Essa associação existe pelo mundo em cerca de 100 países, no qual é possível ser subsidiada em todo e qualquer município para oferecer um espaço seguro de suporte e empoderamento de negócios e experiências para mulheres.

Há inúmeras mobilizações realizadas desde a federação mundial e nacional até a local debatendo e estimulando o desenvolvimento pessoal e profissional da mulher, promovido de forma sazonal conforme cada calendário e também com ações pontuais. A forma como a BPW tem contribuído à sociedade rendeu lugar garantido em diversas instituições e entidades que são relevantes no mundo, como a ONU, UNICEF, OIT, dentre outras, mas principalmente para o empoderamento da mulher.

Todo o ano a BPW cria meios para abordar um tema diferente e contemplar os negócios de cada membro da associação por meio de feiras, palestras, orientação, treinamentos, assistência, educação e saúde. Dos projetos nacionais existe o 'Trabalho igual. Salário igual', por exemplo, que provoca a questão da igualdade salarial, o 'Março Mulher' é uma campanha relacionada a questões femininas, e muitas outras ações fazem parte dos trabalhos desenvolvidos para fortalecer o movimento BPW.

O meu primeiro contato foi com a associação em Cuiabá, onde fui presidente, e, há cinco anos tive o privilégio de fundar a BPW Várzea Grande, a qual também presidi, mas hoje atuo como coordenadora de saúde e na BPW Brasil como coordenadora da região Centro-Oeste. Uma questão que trabalhamos são as discussões de políticas públicas relacionadas às mulheres e também marcamos forte presença junto aos Conselhos Municipais e Estaduais dos Direitos da Mulher porque entendemos que quanto mais mulheres puderem ocupar esses lugares e espaços, nós vamos também contribuir para criação

de políticas públicas que vão beneficiar as mulheres.

Uma de nossas atuações é fazer com que mulheres que ainda toleram violência doméstica, por não ser autossuficiente financeiramente, possam sair desse ciclo. A BPW trabalha para mudar o mindset dessas mulheres, levar formação, para poderem ter condição de, se precisar tomar uma decisão, de não mais sofrer violência.

Mulheres, empresárias, profissionais seja de qual ramo for podem fazer parte da associação, a partir de 18 anos de idade. Temos mulheres aposentadas com +80 que acolhem as empreendedoras jovens e dão suporte por meio de sua expertise e experiência, por isso a BPW jovem é muito importante nessa convivência de troca e empoderamento. E, o objetivo de protagonizar a mulher é de que em todos os ambientes de poder e decisão entendamos que devemos estar. Isso é conquistar espaço e posição de poder.

A BPW é inclusiva e qualquer mulher que se identifique com a atuação pode participar, como um processo de irmandade em que nos unimos para dar apoio as empresárias

da BPW. É uma grande oportunidade de desenvolvimento pessoal, além de profissional, participar de uma rede mundial, nos traz muito aprendizado com as diversidade feminina.

Convido você mulher para ver, ouvir e sentir, depois decidir se há identificação ou não. Mulheres quando estão agregadas têm uma capacidade imensa, cada vez que participo de nossos encontros e rituais de acolhimento, fico muito emocionada. A mulher tem uma força que às vezes sozinha não consegue perceber, quando estão juntas a coisa flui, porque uma fortalece a outra. Hoje faço parte da BPW Vg e nosso lema é "uma por todas e todas por uma". Nós entendemos que, o que eu faço vai refletir na vida de outras mulheres e quando unidas podemos salvar e ajudar mulheres que nem conhecemos. Vem ser BPW. Some conosco!

SONIA MAZETTO É Gestora de Potencial Humano, Terapeuta Integrativa, Fonoaudióloga e Palestrante



## Setor de transporte:

Fábio Pires de Andrade (\*)

Israel é um Estado com escassos recursos naturais, possui pouco mais de 9 milhões de habitantes e, constantemente, é pressionado por um conflito geopolítico histórico. No entanto, investe 4,93% do seu PIB em pesquisa e desenvolvimento, o que equivale a mais de US\$13 bilhões por ano, de acordo com a Israel Innovation Authority, o que o torna o país que, proporcionalmente, mais destina recursos para essa finalidade.

Embora o território israelense seja relativamente jovem e tenha se estabelecido apenas em 1948, o país se construiu à sombra da milenar cultura judaica. Essa raiz étnica e religiosa tem diversas implicações que sustentam três pilares: educação, ciência e tecnologia e inovação.

Qual o resultado disso? Israel possui mais startups, cientistas, engenheiros, patentes médicas, gastos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) e profissionais em tecnologia per capita do que qualquer outro país do mundo. Tel Aviv, por exemplo, é a sétima colocada em um ranking que leva em consideração as melhores cidades do mundo para se começar uma startup. Com isso, o governo também criou um arcabouço jurídico sem igual para garantir que mais parcerias público-privadas venham à tona. Ao mesmo tempo, as universidades

têm foco em ciência aplicada e pesquisa de produtos, pois elas se financiam, sobretudo, com os royalties gerados.

Mas você deve estar se perguntando, o que o setor de transporte de cargas nacional tem a ver com Israel? Tive o privilégio de compor o grupo de executivos do setor de transporte brasileiro que estive em Israel, no último mês de agosto, a convite da Confederação Nacional do Transporte (CNT). O objetivo da visita ao país foi promover uma imersão no ecossistema de inovação israelense e abrir caminho para novas parcerias e negócios.

É inquestionável que temos um país com dimensões continentais com realidades e desafios diferentes e isso traz oportunidades, mas ao mesmo tempo grandes desafios em infraestrutura, um caminho fundamental para um país que busca o desenvolvimento econômico. Sempre acreditei que entraves como o da infraestrutura não nos impede, enquanto empresa, de fazer a nossa parte e olhar para dentro de casa, atentos à evolução do mercado, para buscar alternativas que refletem na entrega rápida e eficiente, focando na melhoria dos processos, valorização das pessoas e resultados positivos.

A partir da imersão na "Nação Startup" essa crença se fortaleceu e eu tive a certeza de quanto uma empresa pode fazer a diferença quando a barreira da inovação é rompida. Inovar requer desprendimento para arriscar e

isso esbarra no viés cultural, está aí a grande vantagem dos israelenses que não relacionam o sucesso monetário com o êxito de inovação. Essa cultura de comercialização completamente diferente do restante do mundo é que faz a diferença ao atrair grandes empresas para instalar seus negócios em solo israelense tornando-o o polo de tecnologia.

Não é mais possível ignorar o emprego da tecnologia nas operações diante da digitalização e do surgimento de competidores digitais vorazes por modelos de negócios disruptivos — ótimos para consumidores, mas péssimos para companhias tradicionais que não inovam. No setor de transportes essa transformação digital tem levado mais tempo do que deveria, em razão dos problemas estruturais que esbarram nos valores e costumes da sociedade. O uso em dizer que a inovação de costume não acompanha a inovação tecnológica.

De qualquer maneira, existem empresas, governos e startups pensando em soluções para o ramo. Algo que precisa ficar claro é que o bom uso de tecnologia nos transportes públicos, rodoviários e de carga não significa apenas ter um aplicativo de interface que conecta pessoas. Vai muito além disso: usar a tecnologia para segurança, gestão de carga e armazém, integração e otimização de sistema, além de empregar o processo de inovação nas empresas de forma cultural. Precisamos

entender como utilizar recursos que já existem, para outros fins, de forma que o investimento em tecnologia tenha um ROI (Retorno Sobre Investimento) ainda maior.

Aqui no Grupo Rodonaves nós acreditamos que por meio do fomento da cultura de inovação, fortalecemos internamente as nossas raízes e conseguimos dar a nossa contribuição para o futuro do TRC (transporte rodoviário de cargas). Voltei de Israel com a certeza de que estamos no caminho certo, visto que um investimento de R\$ 244 milhões, no biênio 2021/2022, foi empregado na companhia concentrados em inovação e tecnologia. Trago na bagagem a lição de casa e posso garantir que temos muito a conquistar, evoluir e contribuir com o setor mantendo a sustentabilidade do negócio e parcerias estratégicas.

O que aprendi? Temos que educar para inovar e a tecnologia é uma consequência disso. Um caminho sem volta que exige olhar estratégico e desprendimento para apostar no que é novo e disruptivo também no setor de transporte de cargas!

\*FÁBIO PIRES DE ANDRADE é COO da RTE Rodonaves



## A PEC derrubou a bolsa?

Ivan Barboza (\*)

Após o resultado das eleições, temos visto uma nova onda de pessimismo na bolsa brasileira. O IBOV caiu 2% em novembro, mas a queda foi bem pior do que aparenta, já que esse valor está mascarado pelo movimento de VALE3, que corresponde a 18% da carteira do índice, e subiu 28%, na contramão do mercado. Excluindo VALE3, o IBOV teria caído 9% no mês.

O principal motivo da queda é o receio com a política fiscal do novo governo, que recentemente propôs ao Congresso Nacional uma PEC para permitir gastos extras de ~R\$ 198 bilhões por ano além do teto

de gastos ao longo de todo o mandato do Lula. Para dar a estes números a devida proporção, o orçamento fiscal do governo para 2023 é de ~R\$ 1,9 trilhões. Assim, a proposta batizada de "PEC da Transição" autorizaria um aumento real de ~9% nessas despesas do governo.

O problema da PEC da Transição é não explicar de onde viriam os recursos para as despesas extras, então o mercado teme que elas sejam financiadas através do aumento da dívida pública. Esse cenário tem dois problemas: o primeiro é que recorrer a mais endividamento para sustentar despesas correntes sinaliza irresponsabilidade fiscal por parte do governo, fazendo com que o

mercado atribua maior risco aos títulos públicos e passe a exigir taxas de juros mais altas; o segundo é que, ao expandir gastos públicos, o governo aumenta a pressão inflacionária justamente em um momento que nosso Banco Central está tentando lutar contra a inflação. Assim, provavelmente o BC manteria a taxa de juros alta por mais tempo, dificultando o crescimento econômico por um período mais longo.

Porém, o cenário pessimista ainda é apenas uma possibilidade. O primeiro passo, a aprovação da PEC no Congresso, sequer aconteceu. A intenção do PT é conseguir a aprovação ainda este ano, mas temas polêmicos costumam demorar para tramitar no Congresso e são bastante diluídos ao longo do processo. A PEC pode ser aprovada com termos mais brandos, como excluir um valor menor do teto de gastos ou manter a exceção por um período mais curto. Ou pode não ser aprovada esse ano, voltando à pauta apenas após o novo Congresso assumir em 2023, com parlamentares que tendem a ser menos favoráveis à medida.

Além disso, variáveis macroeconômicas são bastante imprevisíveis. Em dezembro de 2020, o Sistema Expectativas, que reúne projeções das principais instituições financeiras e de economistas do país, apontava para uma taxa SELIC de 4,5% em 2022. Isso ilustra quão rápido o ambiente macroeconômico pode mudar e, consequentemente, frustrar as expectativas de mercado.

Mesmo com todas essas incertezas, uma das razões pelas quais já vemos uma reação forte a este cenário incerto, é a grande presença de investidores internacionais na Bolsa de Valores (B3). Estes, por sua vez, ficam inseguros vendo os próprios brasileiros em discussões fervorosas sobre responsabi-

lidade fiscal, e tendem a reduzir sua exposição a investimentos na bolsa brasileira (que geralmente são pouco representativos em seu portfólio), até que o cenário se estabilize.

Neste ambiente nebuloso, é preciso focar nos fatos. Sabemos que acabamos de passar por anos de problemas econômicos causados pela pandemia. O retorno à normalidade, por si só, já traria uma melhor perspectiva para o futuro próximo. Outro ponto é que os preços das ações estão longe de seu pico, em patamares comparáveis aos vistos durante a crise do subprime, em 2009, e à crise do governo Dilma, em 2015. Com esses preços, o risco de investimento em ações pode ser mais baixo do que o tom das notícias atuais sugere. Mesmo em um cenário macroeconômico medíocre, há ações com expectativa de retorno bem acima da atual taxa básica de juros.

Investimentos em bolsa sempre terão um risco de perda em cenários muito adversos, e existe a possibilidade de passarmos por alguns anos ruins, mas fica a provocação de que grandes investimentos só são feitos indo contra o consenso de mercado. Não poderia ser diferente disso, já que as ações ficam muito mais caras quando o humor geral é otimista. Assim, é preciso manter serenidade para tomar decisões sensatas mesmo em meio às turbulências, selecionar investimentos em excelentes negócios e esperar a tempestade passar.

\* IVAN BARBOZA é sócio-gestor da Ártica Asset Management, cujo fundo de ações Ártica Long Term FIA rendeu mais de 30% ao ano desde sua criação, em 2013.



Jornal  
**IMPRESSO MT**  
FUNDADO EM 2020  
CNPJ: 06.147.693/0001-26

---

**ADMINISTRAÇÃO:**  
DIRETOR GERAL:  
CLAUDINEY FALLCÃO SANTOS

---

EDITOR CHEFE:  
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:  
AQUILES A. AMORIM

---

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

---

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:  
Email: [impressomt@gmail.com](mailto:impressomt@gmail.com) - Site: [www.oimpressomt.com.br](http://www.oimpressomt.com.br)

---

Av. Thomé de Arruda Fortes nº 221, Bairro: Morada do Ouro, Cuiabá - MT, Cep: 78.053-505  
Telefone: 65 99696-6688

**APERTO NO CAIXA**

Eu vou me pautar nos dados oficiais da AMM, para não dizerem que estou olhando apenas os dados da prefeitura

# Cuiabá perdeu R\$ 63 milhões

Gilberto Leite

**Disk Farmácia**  
Ligou. Pediu. Chegou.  
**3648-8888**

FARMÁCIA

Unimed  
Cuiabá**Da redação**

O prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), disse que o Município perdeu cerca de R\$ 63 milhões devido aos efeitos da Lei Complementar nº 194/2022, que limitou as alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre os serviços essenciais. A redução do recurso teria sido dada em menos de seis meses.

Emanuel enfatizou que os gestores municipais estão pagando um preço muito alto desde que a legislação passou a

vigorar, já que o imposto, segundo ele, é uma das principais receitas das prefeituras.

“Vocês sabem dos sacrifícios que os municípios estão vivendo nos últimos seis meses por conta da redução da alíquota do ICMS para o combustível, para as telecomunicações e para energia elétrica a queda do repasse do ICMS para os municípios, que é uma das principais receitas nossas? Está doendo na alma de todos os gestores municipais, está doendo nos Estados também, mas o Estado tem Fethab [Fundo Estadual de Transporte e Habitação], tem imposto da mineração, está a toda hora criando uma forma de taxar”, disse em live nesta semana.

Segundo o prefeito, o número apresentado foi um cálculo feito por técnicos da Secretaria Municipal de Fazenda, que destacaram que entre julho e a segunda se-

mana de dezembro deste ano a Capital do estado deixou de arrecadar R\$ 63 milhões. No entanto, Emanuel comentou que o valor diverge do que foi apontado pela Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM), que mostra R\$ 10 milhões a menos.

“Eu vou me pautar nos dados oficiais da AMM, para não dizerem que estou olhando apenas os dados da prefeitura. Segundo dados da AMM, foram R\$ 53 milhões a queda na receita para Cuiabá. Como suportar? Tudo aumentando, preço de tudo lá em cima, investimentos em Cuiabá, obras, ações, projetos e programas em todas as regiões da cidade. Eu perdi na receita de Cuiabá esse ano, no segundo semestre, até o começo de dezembro, de julho a dezembro, R\$ 53 milhões. Não é fácil! Tocar uma cidade, precisamos discutir isso com a população”, disse.



Emanuel enfatizou que os gestores municipais estão pagando um preço muito alto desde que a legislação passou a vigorar

**PRESIDÊNCIA DA AL**

## Janaína revela reviravolta na disputa pela Mesa

**Da redação**

A deputada estadual Janaína Riva (MDB) revelou que já recebeu uma confirmação de que o atual presidente da Assembleia Legislativa, Eduardo Botelho (União), irá disputar a reeleição para o comando da Mesa Diretora. Em conversa com jornalistas nesta quinta-feira, 16 de dezembro, durante a diplomação dos eleitos, Janaína afirmou que Botelho já até teria convidado o deputado Max Russi (PSB) para ser pri-

meiro-secretário na sua chapa.

“O Botelho me disse que será candidato e ele convidou o Max para ser primeiro-secretário. Então, agora eu acho que tá mais na resposta do Max, se vai aceitar ou não, para a gente ver que cenário que teremos para as eleições da Mesa Diretora”, disse Janaína.

Botelho já havia descartado publicamente a possibilidade de se candidatar para o quarto mandato de presidente da Assembleia, após ter realizado uma consulta ao

Supremo Tribunal Federal (STF), que havia proibido reeleições sucessivas para o mesmo cargo na Mesa Diretora.

Porém, o julgamento de uma ADI sobre a Mesa Diretora do Paraná abriu precedente para questionar novamente sobre a possibilidade de ele disputar o cargo, pois os ministros do STF decidiram que a decisão não afetaria as composições eleitas antes de janeiro de 2021.

Faltando mais de um mês para a eleição da nova Mesa Diretora, o cenário

se desenha para a construção de duas chapas. A chapa que já está garantida é encabeçada por Max Russi, que calcula ter os votos de 15 deputados em seu projeto. Do outro lado, há possibilidade de uma chapa encabeçada por Botelho ou pelo deputado eleito Júlio Campos (União), que calculam ter 14 votos. A soma não bate, pois são 24 deputados.

Janaína, porém, acredita que deve a disputa deve se afunilar para uma chapa de consenso.

“Pode ter sim duas candidaturas, mas vejo

que tem mais facilidade de ter uma convergência das candidaturas, ou seja, o Max ser secretário do Botelho ou vice-versa. Mas, a Mesa Diretora é dinâmica e tudo pode mudar”, avaliou.

A deputada também disse acreditar que são poucas as chances de mudança na Mesa Diretora, já que 18 deputados da atual legislatura foram reeleitos e devem buscar um cenário de maior ‘segurança’, optando pela Mesa Diretora que já está posta. Ela também afirmou que deve buscar es-

paço na próxima Mesa, sem revelar qual o projeto que apoiaria.

“Às vezes, alguns até me perguntaram: ‘ah, mas você vai ficar fora da Mesa?’. Eu acho que isso é tudo que eu não devo fazer. Como única mulher, já ter chego tão longe como eu cheguei, sair da Mesa seria um prêmio para quem pensa diferente do que eu. Então, eu sempre digo para eles que isso é necessário para a democracia, mas é uma pena que a maioria não pensa assim”, concluiu.

**TAXAÇÃO DO AGRO**

## AL quer direcionar Fethab à agricultura familiar

**Da redação**

Os deputados estaduais começaram a dar início a votação do projeto de lei que renova a cobrança do Fundo Estadual de Transporte e Habitação (Fethab) adicional na quarta-feira, 14 de dezembro, durante a sessão ordinária da Assembleia Legislativa. Contudo, um pedido de vista adiou para amanhã a votação do projeto que, se aprovado, ainda pre-

cisará passar por segunda apreciação.

A proposta do Executivo altera os percentuais de destinação do fundo. Atualmente, o recurso é dividido em 10% para realização de projetos e investimentos que tenham a participação da MT Participações (MT Par), 30% para aplicação em obras de infraestrutura e 60% para ser investido em ações de educação, assistência social e segurança pública.

A partir do próximo ano, o Governo pretende dividir os recursos em: 10% para a MT Par; 80% para a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (Sinfra), para obras de infraestrutura em transporte e habitação; e 10% para projetos de assistência social.

No entanto, os deputados querem uma notificação na distribuição do recurso para que as ações de agricultura familiar sejam beneficia-

das. Além disso, os parlamentares querem um percentual específico para construção de casas populares.

“Nós queremos que tenha um limite, um mínimo, para investir em casas populares porque hoje não tem. O governo mandou em aberto e nós queremos que tenha um mínimo, que seja R\$ 300 milhões por ano ou R\$ 500 milhões por ano, mas nós queremos esse mínimo, e esse mínimo

nós vamos estabelecer dentro do Fethab, um valor para ele possa utilizar daqui para a frente. E agricultura familiar, através da Seaf [Secretaria de Estado de Agricultura Familiar], um valor para reestruturar a Empaer [Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural]. Essas são as mudanças que nós estamos fazendo no projeto do Fethab”, explicou o presidente da Assembleia

Legislativa, Eduardo Botelho (União Brasil).

A proposta é que seja apresentada uma emenda ao texto contendo essas alterações. Para atender a agricultura familiar, os deputados querem dividir a porcentagem que está destinada à assistência social, sendo 5% para a área e outros 5% para Seaf.

O governo cita no projeto que sem o Fethab, os cofres perderão mais de R\$ 900 milhões em 2023.

**"INCONSTITUCIONAL"**

## Associação vai ao STF contra proibição de PCHs

**Da redação**

A Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel) ingressou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal (STF) para suspender os efeitos da lei estadual nº 11.865, que proíbe a construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e Usinas Hidrelétricas (UHE) em toda a extensão do Rio Cuiabá.

A lei foi promulgada após os deputados estaduais derrubarem, por maioria, o veto total do governador Mauro Mendes (União), que apontou inconstitucionalidade da matéria.

Na ação, a Abragel destaca que a medida usurpa a competência privativa da União de legislar sobre água e energia e também de explorar os bens de seu domínio. Além disso, a associação destaca que o Rio Cuiabá é de domínio da União desde a sua foz, no Rio São Lourenço, próximo à terra indígena Baía dos Guató, até a confluência com o Rio Mando, próximo de Nobres.

“Por se tratar de bem de domínio da União, não é dado ao Estado pretender impedir o seu uso e aproveitamento. A lei impugnada, ao assim fazer, por certo, afronta o pacto federativo, o que se espera seja reconheci-

do por este Col. STF. Não obstante, é forçoso reconhecer que, ainda que o rio em questão não fosse um rio federal, a exploração do aproveitamento energético dos cursos de água compete à União, como disposto no art. 21, inciso XII, alínea “b”, da Constituição Federal”, diz trecho da ADI.

A associação ainda reforça que apenas a União poderia elaborar qualquer norma sobre energia elétrica ou legislar sobre a possibilidade de construção de usinas hidrelétricas nos cursos de rios sob seu domínio, e não ao Estado.

Eles reforçam que a concessão da liminar não

traria prejuízos, já que as PCHs não seriam construídas de imediato e nem sem avaliações de impactos ambientais.

“A partir do exposto, faz-se urgente a declaração de inconstitucionalidade da Lei nº 11.865/2022 do Estado do Mato Grosso, permitindo a viabilidade dos empreendimentos hidrelétricos no Mato Grosso, reestabelecendo a segurança jurídica e regulatória e permitindo a continuidade desta fonte tão importante para a matriz, resguardando não só os investimentos já realizados como a legítima expectativa dos inves-

tidore em projetos futuros”, destacaram.

**O PROJETO** - A matéria tramitava na Assembleia Legislativa desde 2019. Ela retornou às discussões no início do ano, após o autor da proposta, deputado Wilson Santos (PSD), criticar a mudança de postura dos parlamentares, que antes eram favoráveis e que depois se posicionaram contrários à proibição, o que, segundo ele, ocorreu devido à pressão “de forças ocultas”.

O projeto foi aprovado com ampla maioria na Assembleia Legislativa, mas acabou vetado pelo governador. Ao vetar o projeto, Mauro destacou que seguiu a manifesta-

ção da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), que destacou a inconstitucionalidade da proposta por interferir na competência privativa da União de legislar sobre águas.

Além disso, observou que a matéria extrapolava a competência normativa conferida aos Estados para legislar sobre proteção do meio ambiente e invade a competência do Poder Executivo para criar atribuições a entidades da Administração Pública.

No entanto, os apontamentos não convenceram os parlamentares que, por 20 votos a três, derrubaram a posição contrária à proposta.

## FALTA DE PROVAS

Os cinco membros da Corte de Contas ficaram afastados de suas funções por mais de 4 anos, mesmo sem provas para embasar o processo

## MPF arquiva IC contra conselheiros



Após mais de 5 anos, MPF conclui que não há indícios de que os conselheiros participaram de esquemas delatados por Silval Barbosa

**Disk Farmácia**  
Ligou. Pediu. Chegou.  
**3648-8888**

FARMÁCIA  
Unimed  
Cuiabá

## Da redação

O Ministério Público Federal (MPF) pediu ao ministro Raul Araújo, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o arquivamento de um inquérito que foi instaurado para apurar supostos crimes de corrupção passiva, sonegação fiscal, lavagem de dinheiro e organização criminosa contra cinco conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT), que foram afastados de suas funções em 2017 durante a operação Malebolge, desdobramento da Ararath.

O documento é assinado pela subprocuradora-geral da República, Lindôra Maria Araújo. Ela apontou que faltam indícios da participação dos conselheiros Antônio Joaquim, José Carlos Novelli, Sérgio Ricardo, Waldir Teis e Walter Albano participaram das

irregularidades apontadas nas colaborações premiadas do ex-governador Silval Barbosa e do ex-secretário da Casa Civil, Pedro Nadaf.

“[...] faz-se necessário mencionar que, quando foram inquiridos pelo Ministério Público Federal, os investigados negaram todos os fatos imputados nos Acordos de Colaboração Premiada. Considerando, assim, que não foi

possível carrear indícios que corroborassem os fatos apontados por Pedro Nadaf e Silval Barbosa, os acordos de colaboração premiada restaram isolados, de modo a não fundamentar o ajuizamento da ação penal”, diz trecho do documento.

A subprocuradora-geral ainda cita que a Lei nº 12.850/2013, que define organização criminosa e dispõe sobre a

investigação criminal, proíbe o recebimento da denúncia com fundamento apenas nas declarações do colaborador.

“Posto isso, o Ministério Público Federal requer o arquivamento do presente inquérito em razão da ausência de justa causa para ação penal, sem embargo de eventual desarquivamento na hipótese de apuração de novos ele-

mentos, nos termos do artigo 18, do Código de Processo Penal”, solicitou.

Nas colaborações premiadas, Silval e Nadaf relatam pagamento de propina no valor de R\$ 53 milhões aos conselheiros para garantir manifestação favorável do TCE à aprovação das contas do governador e não causar empecilhos no andamento de projetos e obras do governo,

como MT Integrado e Copa do Mundo.

Em setembro de 2017, o STF atendeu ao pedido da Procuradoria-Geral da República e determinou mandados de busca e apreensão e afastamento das funções públicas contra os conselheiros.

Eles retornaram aos cargos em 2021, quatro anos depois do afastamento, por decisão do STJ.

## VETO DERRUBADO

## Lei que obriga contratação de artistas regionais

## Da redação

Com 13 votos, os deputados estaduais derubaram, na sessão ordinária de segunda-feira, 12 de dezembro, o veto do governador Mauro Mendes (União) ao projeto de lei que obriga a contratação de artistas regionais nos shows, festejos e eventos culturais financiados por recursos públicos.

A proposta de autoria do presidente e da vice-presidente da Assembleia Legislativa, Eduardo Botelho (União) e Janaina Riva (MDB),

respectivamente, estabelece que 30% do dinheiro público enviado para projetos culturais seja para contratação de cantores, instrumentistas, bandas ou conjuntos musicais mato-grossenses.

O projeto tramita desde 2021, mas ganhou força neste ano após a divulgação dos gastos exorbitantes com contratação de artistas nacionais para eventos no interior. O governador vetou a proposta alegando vício de iniciativa.

Durante a sessão, a deputada Janaina lem-

brou do projeto do governo que cria limites no uso de emendas parlamentares e de recursos do próprio governo para eventos culturais, impedindo a destinação de verbas para shows “milionários” e realities.

Ela comentou que Mauro Mendes autorizou que apresentasse uma emenda com a mesma proposta do projeto de lei, no entanto, preferiu derrubar o veto para que a iniciativa fosse de autoria da Assembleia.

“O governador liberou para fazer no projeto

do governo uma emenda e disse que vai sancionar, mas mesmo assim eu vou votar para derrubar o veto para que seja de autoria da Assembleia Legislativa, porque toda a população, se fizer uma pesquisa, acha um absurdo dinheiro do imposto do mato-grossense ser utilizado ao invés de valorizar quem é daqui pagar milhões para artistas de fora e aí dá R\$ 1 mil ou R\$ 2 mil para nossos artistas, é um absurdo, se o dinheiro é daqui tem que reverter para artista, para locutor, para ban-

da, para peça de teatro de Mato Grosso”, disse.

Botelho também seguiu o mesmo entendimento de Janaina e ainda comentou que muitos pagam os artistas locais apenas para festas, mas em shows ou festivais não valorizam os profissionais regionais e acabam contratando apresentações nacionais.

“Eles querem pagar um mísero cachê, alguma coisa assim, isso é vergonhoso. Eles pagam R\$ 1 mil como se tivessem fazendo um favor. Se nós não nos valo-

rizaríamos nós mesmo daqui eu não sei quem vai vir aqui valorizar, é muito importante que a Assembleia derrube esse veto, para valorizar a cultura e aqueles que vivem labutando nos bares, nas noites, nas festas. Na hora de fazer uma festa chama eles, na hora de fazer um show não quer nada para eles, pelo amor de Deus vamos fazer justiça”, destacou.

Com a decisão do plenário, a proposta será promulgada pelo presidente da Assembleia Legislativa.

## ATUALIZAÇÃO DA PLANTA

## Emanuel nega aumento de 500% no IPTU em 2023

## Da redação

O prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), disse que os vereadores de oposição mentem ao dizer que haverá aumento de 500% do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), caso o projeto que atualiza a Planta de Valores Genéricos seja aprovado pela Câmara.

Ele desafiou os parlamentares a mostrarem em que bairro terá esse aumento e comentou que estão polemizando o assunto e “jogando para galera” com objetivo de desmoralizá-lo.

“A oposição que não tem compromisso com a verdade, alguns vereadores da oposição estão desesperados porque foram rejeitados pelas urnas, perderam as eleições e querem criar uma

pauta, um foco, jogaram para sociedade “vai ter 500% de aumento” para jogar a população contra o Neneú”, disse em entrevista à rádio Capital FM nesta segunda-feira, 12 de dezembro.

“Dê um caso de aumento de 500%, prova um caso de aumento de 500%, não existe! Se tem um prefeito que zela pelo orçamento da família cuiabana sou eu. Por isso, nunca aumentamos os impostos para não sacrificar o orçamento da família cuiabana”, complementou.

Emanuel explicou que a revisão na Planta de Valores Genéricos não acontece há mais de 10 anos e que tem sido cobrado pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT), sob o risco de ser penalizado.

“A última que foi feita em 2012, é uma exigência do Tribunal de Contas senão eu posso a vir a responder por improbidade administrativa. É uma medida para continuar impulsionando o desenvolvimento de Cuiabá, para fomentar o ambiente de negócios da capital, gerar emprego, gerar renda”, explicou.

Emanuel comentou que desde 2012 novos bairros e empreendimentos surgiram, como Avenida das Torres, Alphavilles, Florais e outros que não constam na tabela da Planta de Valores. Ele lembrou que Mauro Mendes (União), quando esteve no comando da prefeitura, encaminhou uma proposta semelhante, mas não foi aprovada pela Câmara de Vereadores.

O prefeito ainda comparou a arrecadação feita por Campo Grande (MS) com Cuiabá. Ele disse que na capital do outro estado foi feita a atualização e por lá arrecada com IPTU duas vezes mais que a capital de Mato Grosso.

“Campos Grande fez a dela [revisão da Planta de Valores Genéricos], sabe qual é a arrecadação hoje comparando de IPTU? R\$ 470 milhões. Sabe qual é de Cuiabá? R\$ 185 milhões. Numa cidade que cresce como Cuiabá, como vamos fazer frente a tantas demandas?”, questionou.

A proposta tramita na Câmara de Cuiabá e ainda não há previsão de quando será votada. A expectativa é que ocorra entre essa e a próxima semana.



Emanuel diz que aumento exorbitante no IPTU é mentira da oposição: “estão desesperados”

**LEI DAS ESTATAIS**

Mudança na Lei das Estatais que pode facilitar indicação de Aloísio Mercadante ao BNDES foi aprovado com votos de bolsonaristas de MT

**Bolsonarista vota a favor do PT**

**Disk Farmácia**  
Ligou. Pediu. Chegou.  
**3648-8888**

FARMÁCIA  
**Unimed**  
Cuiabá

**Da redação**

Os deputados federais de Mato Grosso deram 'aquela força' para aprovar o projeto de lei 2.896/2022, que alterou a Lei das Estatais, na noite de terça-feira (13). Somente o deputado José Medeiros (PL) votou contra o texto principal, que contou com o apoio até de 'bolsonaristas raiz', como é o deputado Nelson Barbudo (PL), que votou 'sim'. O texto ainda precisa ser aprovado pelo Senado.

O texto inicial versava apenas sobre o aumento de gastos com publicidade e patrocínio por parte das estatais. O objetivo inicial era aumentar os gastos de 0,5% para 2% da receita bruta e também estabelecia

regras para esses gastos em período eleitoral.

Porém, os parlamentares incluíram um 'jabuti' no texto, proveniente de uma emenda do deputado Felipe Carreras (PSB-PE). A emenda em questão reduziu o período de 'quarentena' para quem ocupava cargo em diretoria de partidos políticos ou vinculados a organização eleitoral que queiram compor Conselho de Administração e diretoria de empresas públicas.

Esse prazo foi reduzido de 36 meses para 30 dias. "Decidimos acatar a emenda, por entender que a quarentena prevista atualmente de 36 (trinta e seis) meses é demasiadamente extensa", diz o relatório da deputada Margarete Coelho (PP-PI). Portanto, a relatora elaborou um substitutivo, contemplando a emenda.

Os parlamentares ainda apresentaram um requerimento para retirar o projeto de pauta, mas foi reprovado pelo Plenário. Em seguida, o substitutivo foi colocado em votação, tendo os



'Bolsonarista raiz', Barbudo votou a favor de projeto que altera Lei das Estatais e abre caminho para Mercadante no BNDES

parlamentares pedido para a emenda de quarentena ser votada em destaque.

O texto substitutivo foi aprovado por 314 votos favoráveis e ape-

nas 66 contra. Dentre os parlamentares maioritários, apenas Medeiros votou 'não' nessa etapa.

Depois da aprovação do texto, a emenda da

quarentena foi posta em votação. Ela foi mantida no texto por 223 votos favoráveis e 123 contrários.

Nessa fase, Carlos Bezerra (MDB), Juarez

Costa (MDB), Neri Geller (PP) e Rosa Neide (PT) votaram para manter a emenda ao texto. O voto de Barbudo não foi computado ou não consta no site da Câmara.

Já Dr. Leonardo (Republicanos), José Medeiros (PL) e Emanuelzinho (MDB) votaram contra.

**VEJA COMO VOTARAM EM CADA VOTAÇÃO:****SUBSTITUTIVO:**

Carlos Bezerra: sim  
Dr. Leonardo: sim  
Emanuelzinho: sim  
José Medeiros: não  
Juarez Costa: sim  
Nelson Barbudo: sim  
Neri Geller: sim  
Rosa Neide: sim

**EMENDA EM DESTAQUE:**

Carlos Bezerra: sim  
Dr. Leonardo: não  
Emanuelzinho: não  
José Medeiros: não  
Juarez Costa: sim  
Nelson Barbudo: não consta  
Neri Geller: sim  
Rosa Neide: sim

**HERANÇA MALDITA****Com rombo de R\$ 14 bi, MEC depende da PEC da Transição****Da redação**

Integrante do Grupo de Transição (GT) do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT), a deputada federal Professora Rosa Neide (PT) disse que a equipe de trabalho de Educação identificou que são necessários cerca de R\$ 14 bilhões para recompor o orçamento previsto para o Ministério da Educação (MEC) no próximo ano.

Para evitar desfalque nas políticas públicas da pasta, a expectativa do GT é que a Proposta de Emenda à Constituição

da Transição seja aprovada. Também chamada de PEC do Bolsa Família, o texto permite ao próximo governo gastar R\$ 14,5 bilhões acima do teto de gastos por dois anos. A proposta já foi aprovada pelo Senado.

"O presidente Lula pediu para fazer os cálculos, já foram feitos e entregues para equipe de transição. [...] Entregamos a eles quais valores que são necessários para recuperar o orçamento da Educação, que dá em torno de R\$ 14 bilhões para o ano de 2023. Isso está pensado, desenhado e esperamos agora a

aprovação da PEC para que a gente consiga dar as respostas necessárias", disse.

Caso a PEC seja aprovada, o Bolsa Família será retirado do teto de gastos, abrindo espaço no orçamento para outras áreas, como Educação.

"São coisas prioritárias que o presidente fez de compromisso na campanha e que agora vai cumprir, como também a merenda escolar, o livro didático, tudo isso abre esse espaço orçamentário que possa garantir essas políticas", explicou.

**PANDEMIA NO LEGISLATIVO****Com novo surto de covid, AL adota trabalho remoto****Da redação**

Com mais de 45 servidores da Assembleia Legislativa que testaram positivo para covid-19, o presidente da Casa, Eduardo Botelho (União), anunciou no final da sessão extraordinária de segunda-feira, 12 de dezembro, que vai adotar trabalho remoto para conter o avanço do vírus no Parlamento.

O teletrabalho já foi adotado na Assembleia durante o início da pandemia do coronavírus, em 2020, e foi retomado nos momentos em que o risco de infecção estava em alta.

"Nós vamos voltar a fazer um trabalho, vamos fazer uma resolução, um ato da Mesa, para que venham para a Assembleia só aqueles que forem necessários e os demais possam fazer trabalho remoto, para que nós possamos segurar esse momento que está tendo uma explosão de casos, não só aqui, mas no país todo. Precisamos conter agora, principalmente agora. No final de ano, ninguém quer passar doente, com covid. Então, vamos fazer isso e todos os deputados se organizem para o tra-

balho dessa forma", disse.

O deputado Lúcio Cabral (PT) foi um dos que testaram positivo recentemente. Nas redes sociais, ele comentou que estava com covid-19 pela segunda vez, mesmo tendo o ciclo vacinal completo.

A próxima sessão ordinária acontecerá na quarta-feira, 14 de dezembro, quando deve ter início a votação do projeto de lei que garante a renovação do Fundo Estadual de Transporte e Habitação (Fethab) adicional, que encerra no dia 30 de dezembro.

**PRESIDÊNCIA DA AL****Botelho foca em projetos e deixa Mesa 'de lado'****Da redação**

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Eduardo Botelho (União), disse que ainda não tomou conhecimento sobre a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que possibilitaria que ele se reelegesse à presidência do parlamento para o biênio 2023/2024.

Botelho comentou que ainda vai discutir com os advogados do seu partido e que no momento vai manter sua decisão de não se candidatar novamente ao cargo da Mesa Diretora. Ele considera prudente aguardar o julgamento de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) que questiona a Constituição do Estado que permite a mais de uma reeleição.

"Eu não tenho conhecimento disso, o nosso julgamento ainda

não terminou, tem que ver o que vai acontecer. Cada um deles têm julgado de uma forma", disse em conversa com a imprensa de terça-feira, 13 de dezembro.

Botelho falou que, embora esteja sendo procurado por colegas acerca do assunto, ele tem se dedicado às pautas urgentes, que precisam ser votadas ainda este ano antes do recesso parlamentar. Uma dessas propostas é a revogação do Fundo Estadual de Transporte e Habitação (Fethab) adicional.

"Eu não conversei com ninguém, ao contrário, alguns deputados que tem me procurado, eu disse que não sei. Estou concentrado aqui no Fethab, nas propostas, nas mudanças dentro da Casa que nós precisamos fazer e nós temos um prazo muito curto, a intenção é fazer sessões às

quartas e sextas e depois votar em janeiro, caso não conseguir votar o orçamento", comentou.

"Eu estou concentrado nisso que é muito trabalho. Nós temos a Lei do Saneamento que estou discutindo com os municípios, têm o Fethab da Mineração que estamos também discutindo, os municípios têm apresentado sugestões, são muitas coisas para mim discutindo. Isso tem que esperar, tem tempo ainda, isso é fevereiro, eu tenho que discutir o que está mais urgente, que são esses projetos", continuou.

No julgamento da ADI sobre a Mesa Diretora da Assembleia do Paraná, o terceiro item da decisão cita que a proibição não atinge as composições eleitas antes de janeiro de 2021.

"[...] o limite de uma única reeleição ou recondução, acima vei-

culado, deve orientar a formação da Mesa da Assembleia Legislativa no período posterior à data de publicação da ata de julgamento da

ADI 6.524, de modo que não serão consideradas, para fins de inelegibilidade, as composições eleitas antes de 7.1.2021, salvo se configurada a

antecipação fraudulenta das eleições como burla ao entendimento do Supremo Tribunal Federal", diz trecho do despacho.



Botelho diz que pretende esperar conclusão do julgamento sobre Mesa da ALMT no STF antes de decidir candidatura

## CUIDADO ESPECIAL

Em São Paulo, a primeira-dama Márcia Pinheiro apresenta o programa e anuncia o reajuste do valor inédito no Brasil

## Cuiabá irá pagar auxílio de R\$ 1.212 a órfãos de feminicídio

Aterio Marcos | Prof. de Cuiabá

Disk Farmácia  
Ligou. Pediu. Chegou.  
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed  
Cuiabá

## Da Redação

A primeira-dama de Cuiabá, Márcia Pinheiro (PV), foi convidada, no sábado, 10 de dezembro, a apresentar os principais projetos direcionados às mulheres, durante o evento 16 dias pelo Fim da Violência Contra Mulher, realizado na Câmara Municipal de Vereadores, em São Paulo.

O debate, que reuniu personalidades das causas femininas de todo o país, teve a realização feita pela Virada Feminina Nacional e apoio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, além de outras

cinco instituições como o Metrô de São Paulo e a própria Casa de Leis paulistana.

A presidente Internacional da Virada Feminina, Marta Livia Suplicy, anunciou a primeira-dama, sob salva de palmas, e citou a capital mato-grossense como exemplo de políticas públicas para mulheres. "Ela é uma das maiores lutadoras da causa feminina no Estado de Mato Grosso. Cuiabá, hoje é uma referência porque as grandes pautas, as grandes discussões femininas e os grandes projetos estão lá", frisou.

Entre os projetos apresentados esteve o programa Solidariedade em Ação que beneficia crianças que perderam as mães para o feminicídio, os chamados "Órfãos do Feminicídio".

A iniciativa é inédita no país e busca suprir a ausência de políticas públicas para essa questão



O Solidariedade em Ação tem a gestão feita pela Secretaria Municipal da Mulher e Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência

recorrente em nossa sociedade. O programa passa a beneficiar cada criança órfã com o valor de R\$ 1.212, equivalente

a um salário mínimo.

A versão anterior do programa previa o pagamento de meio salário mínimo para cada famí-

lia com a guarda dessas crianças. Atualmente, quatro famílias são beneficiadas num total de nove crianças de 20 es-

timadas para atender em 2022/23.

"O projeto foi pensado justamente nessas famílias. São avós, tios e tias que, de um dia para o outro, passam a ter a responsabilidade de oferecer um lar com segurança econômica e alimentar para essas crianças. Nós temos casos em que a tia tem quatro filhos e ficou com a guarda de mais três sobrinhos. O poder público precisa olhar para essas famílias. Isso precisa ser levado para todo o Brasil", frisou Márcia.

A primeira-dama ainda apresentou o balanço do Qualifica Cuiabá, programa de qualificação profissional e uma das maiores políticas sociais da capital. Também apresentou os números de atendimento do Espaço de Acolhimento da Mulher que oferece atendimento social, jurídico e psicológico para mulheres vítimas de violência doméstica.



Gilberto Leite

Em Mato Grosso, dos 38 leitos de UTI disponíveis para adultos, 35 já estão ocupados e outros 3 estão bloqueados

## ALERTA VERMELHO

## UTIs lotam e MT fica sem leitos

Gabriel Soares

Após vários meses de trégua com o coronavírus, Mato Grosso volta a viver momentos dramáticos devido à nova onda de contágios. A rede pública de saúde já não tem mais nem um leito de UTI disponível para tratar dos pacientes com casos graves da doença. A informação consta no Painel Epidemiológico da Secretaria de Estado de Saúde (SES-MT).

A última vez que o estado ficou sem leitos de UTI para pacientes com covid-19 foi durante o auge da segunda onda, nos primeiros meses de 2021. Na ocasião, haviam mais de 480 leitos disponíveis na rede de saúde pública.

Quando a vacinação avançou e os casos começaram a cair drasticamente, o Estado deixou de financiar centenas de leitos, já que eles estavam sem uso. O resultado disso é que hoje Mato Grosso tem apenas 43 leitos de UTI Covid-19 no SUS, menos de um décimo

do que chegou a ter quando a doença estava em seu auge.

Atualmente, dos 38 leitos de UTI disponíveis para adultos, 35 já estão ocupados e outros 3 estão bloqueados. Esse bloqueio acontece quando há reserva do leito para algum paciente que será transferido ou para manutenção dos equipamentos de UTI.

A situação também é grave para as crianças. Dos cinco leitos de UTI pediátrica disponíveis, três já estão ocupados, resultando em uma taxa de 60% de ocupação.

Nas enfermarias do SUS, a situação é mais tranquila. O Estado manteve 489 leitos de enfermaria em funcionamento e 53 pessoas estão internadas no SUS, o que resulta em uma ocupação de 11%. Há, porém, um alerta para o Hospital Metropolitano, em Várzea Grande, onde a taxa de ocupação dos leitos de enfermaria já atingiu 47%.

Assim como outros estados brasileiros, Mato Grosso vive uma

nova onda de contágios, provocada pela chegada de novas variantes da ômicron.

**VACINE-SE!** - A vacinação continua sendo a forma mais eficiente de se proteger contra o coronavírus, mas a população de Mato Grosso demonstra certa resistência à imunização. Até o momento, apenas 70,87% da população foi vacinada com as duas doses, sendo que apenas 34,5% recebeu o primeiro reforço.

A falta de imunização é maior entre crianças e adolescentes, que dependem do aval dos pais para se vacinar, mas também acontece entre os adultos. Cerca de 85% dos adultos tomaram duas doses, mas apenas 41% tomaram a 3ª dose. Entre os adolescentes (12 a 17 anos), 61% tomaram a segunda dose e apenas 15% tomaram a terceira.

Entre as crianças até 11 anos, esse número é muito menor. Apenas 28% tomaram as duas doses da vacina que protege contra a covid-19.

## CIRURGIAS ELETIVAS

## Cuiabá operou mais de 1.500 pessoas nos últimos 4 meses

Roberta Penha |  
Prof. de Cuiabá

Mais de 1,5 mil pessoas foram operadas no Hospital e Pronto-Socorro Municipal de Cuiabá pelo programa MT Mais Cirurgias até o momento. Se forem levados em conta a quantidade de cirurgias, o número já ultrapassou 1,8 mil, porque há casos em que uma pessoa realiza mais do que um procedimento.

Segundo o médico responsável pelas equipes de cirurgias, Douglas Dolce Domingues, esse é um número muito significativo e que demonstra o sucesso do programa em Cuiabá. "Esta é a primeira vez em todo o estado de Mato Grosso que tantas pessoas conseguem ser operadas em apenas 4 meses", revelou Domingues.

A ação, que começou em agosto, tem como objetivo tirar mais de 11 mil

pessoas de todo estado que aguardam na fila para passar por algum tipo de procedimento cirúrgico. "Estamos realizando cirurgias de pacientes que aguardam na fila desde 2015. À medida que a Central de Regulação identifica os pacientes, eles são chamados para os exames pré-operatórios e são agendados para a realização do procedimento, tudo no antigo Pronto-Socorro", explicou o secretário adjunto da Atenção Terciária, Guilherme Salomão.

As cirurgias mais realizadas foram de hérnia e vesícula, mas a equipe também realiza laqueadura, hysterectomia, hemorroidectomia, vasectomia, entre outras. "As pessoas chamadas são aquelas que tem encaminhamento para cirurgias entre 2015 até julho de 2022. Quem tem algum pedido de cirurgia geral dentro deste período e ainda não foi

contatado, deve entrar em contato presencialmente na Central de Regulação, na Av. da Prainha, esquina com Dom Bosco, em Cuiabá. Também podem entrar em contato pelo número fixo (065) 3614-5561 ou pelo WhatsApp nos números 3614-5548 e 3614-5558", enfatizou Salomão.

Para o prefeito Emanuel Pinheiro, ver o sucesso das cirurgias eletivas no município é um motivo de grande alegria. "Reduzir essa fila de espera era um antigo desejo meu. Esta é uma situação que vem de anos e a pandemia fez com que a fila aumentasse ainda mais. Agora temos uma grande oportunidade de fazer essa fila andar e estamos trabalhando com muita seriedade e responsabilidade para que o tempo de espera dos pacientes pelas cirurgias eletivas seja o menor possível", comentou o gestor.

**BUNNEY**

**Espelhos deixam o ambiente mais elegante!**

PEÇA UM ORÇAMENTO!  
(65) 3642-3344  
(65) 9 9299-9226

CASA DOS VIDROS  
www.casadosvidros.com.br

**AGROINDÚSTRIA**

Com aumento na produção de etanol de milho, Mato Grosso ganha novos mercados para exportar o DDG, usado para alimentação animal

**'Farelo' de destilaria 'vira ouro'**

Divulgação

**Disk Farmácia**  
Ligou. Pediu. Chegou.  
**3648-8888****FARMÁCIA****Unimed**  
Cuiabá**Da Redação**

O aumento da produção de etanol de milho tem permitido a abertura de um mercado promissor para Mato Grosso, o DDG, último derivado da produção do biocombustível. O DDG (Grãos Secos de Destilaria, na sigla em inglês) é um composto proteico que é utilizado para ração para diversos animais, pois tem mais proteínas que outros alimentos.

Os produtores de Mato Grosso já realizaram duas exportações do produto, totalizando 73 mil toneladas e movimentando mais de 22 milhões de dólares no estado. Como a produção do etanol de milho deve aumentar nos próximos anos, a participação desse produto nas rações e nas exportações também tende a acompanhar essa evolução.

Apesar de pouco conhecido pelos brasileiros, o DDG é utilizado em mercados sérios mundo a fora, como nos Estados Unidos da América, o que aumenta a confiança na sua utilização para alimentação animal. O produto fabricado no Brasil, sendo a maior parte em Mato Grosso, foi destinado para países como Nova Zelândia, Arábia Saudita e outros países do Oriente Médio. Na última exportação, o DDG mato-grossense teve quase 95% de participação.

A diretora-executiva do Sindicato das Indústrias de Bioenergia de Mato Grosso (Sindalcol/MT), Lhais Sparvoli, explica que a ração também é utilizada por grandes multinacionais brasileiras, o que também facilita para que o produto ganhe espaço no exterior. Somado a isso, a boa qualidade do DDG mato-grossense também faz propaganda para aumentar sua participação.

"Ter um produto de qualidade, como o Brasil tem conseguido entregar, ajuda muito nesse processo", explica Lhais, em entrevista ao Estadão Mato Grosso.



Com alto valor proteico, DDG tem sido usado como ração animal em grandes mercados, como nos EUA

"Temos grandes multinacionais no Brasil já utilizando esse produto e isso facilita a exportação também, pois quando se utiliza numa multinacional, essa mesma empresa utiliza lá fora", completa Sparvoli.

Para aumentar as exportações, as indústrias brasileiras terão que trabalhar na padronização do produto, o que depende da implementação de procedimentos nas indústrias. Também

há outro fator geopolítico que contribui para o aumento das exportações do Brasil, que é a invasão da Ucrânia pela Rússia, uma guerra que já se aproxima de 300 dias. A invasão foi iniciada no dia 24 de fevereiro deste ano.

"A Ucrânia é um grande fornecedor de milho. Isso vai estimular ainda mais com que os utilizadores de ração animal procurem alternativa para diver-

sificação dos seus fornecedores. Então, essa utilização de DDG brasileiro deve ser difundida cada vez mais", garante a diretora-executiva do Sindalcol/MT.

O DDG é um dos últimos coprodutos do etanol de milho. De acordo com o Sindalcol, com uma tonelada de milho é possível produzir 441 litros de etanol, 17 kg de óleo de cozinha, 0,16 megawatt-hora (MWh) e 222 kg de DDG.

A estimativa é aumentar de forma exponencial a produção de etanol, principalmente de milho, alcançando 5 bilhões de litros em 2023. Isso deve ser alcançado com o início da operação de uma nova indústria de etanol de milho em Primavera do Leste, ainda no primeiro semestre do ano. Também é esperada a inauguração de outra usina em Campo Novo do Parecis ainda em 2023.

**NOVO GOVERNO****Bernard Appy vai comandar reforma tributária**

Wellton Máximo/ABr

O economista Bernard Appy voltará ao Ministério da Fazenda como secretário especial para reforma tributária, anunciou há pouco o futuro titular da pasta, Fernando Haddad. Ele ocupou uma função semelhante no ministério de 2007 a 2009, no segundo mandato do governo Lula.

Na primeira entrevista coletiva desde que foi confirmado no car-

go, Haddad também anunciou que pretende antecipar o envio do projeto de lei complementar com as novas regras fiscais para que a proposta caminhe junto com a reforma tributária.

O futuro ministro lembrou que existem duas propostas de emenda à Constituição (PEC) em tramitação no Congresso, baseadas em textos apresentados por Appy.

"[O futuro secretário especial] desenhou

uma proposta que tem servido ao Congresso Nacional, Câmara e Senado, de base para discussão do país. Existem as PEC 110 [no Senado] e 45 [na Câmara]. Queremos partir dessa base para conversar com parlamentares", declarou.

Appy foi o segundo nome da equipe econômica anunciado hoje. Mais cedo, Haddad havia anunciado que o economista Gabriel Galípulo, ex-presidente

do Banco Fator, será o novo secretário executivo da pasta.

**ANTECIPAÇÃO** - Haddad informou que pretende antecipar o envio, ao Congresso Nacional, do projeto de lei complementar que criará a regra fiscal que substituirá o teto de gastos. A PEC da Transição, aprovada pelo Senado e em tramitação na Câmara, estabelece que a proposta deverá ser encaminhada até agosto do próximo ano.

Segundo o futuro ministro, a ideia é que o novo arcabouço fiscal tramite junto com a reforma tributária porque "uma discussão fortalece a outra".

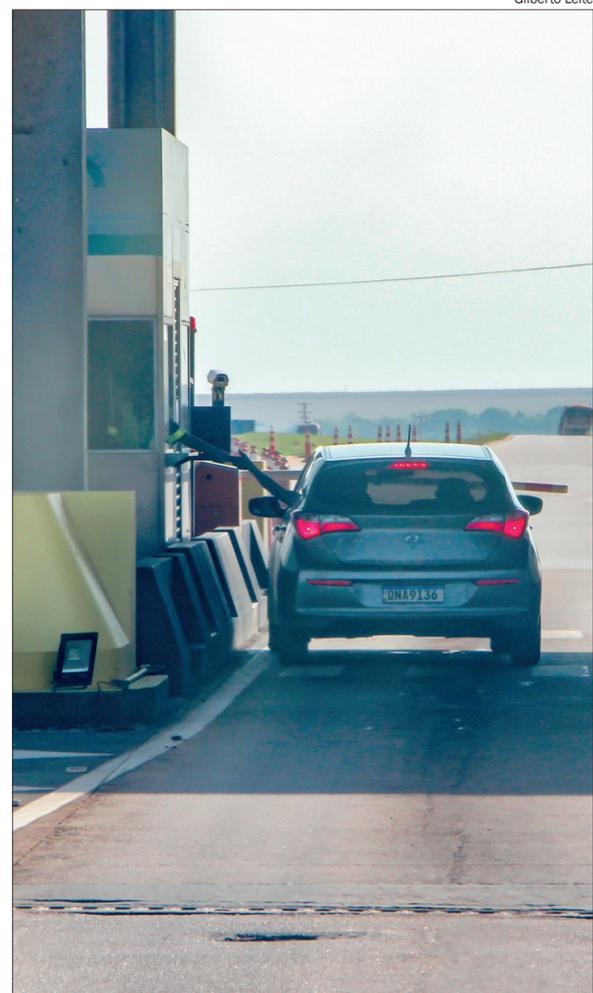
Haddad disse que o novo arcabouço fiscal precisa ter três premissas: ser confiável, executável no médio e longo prazo e garantir a sustentabilidade das contas públicas.

Em relação ao teto de gastos atual, criado no fim de 2016, o futu-

ro ministro disse que a proposta nunca foi executável e que o teto está sendo estourado há sendo menos três anos.

"Fui crítico do teto já na campanha de 2018, pois entendia que não era confiável. Por que Lei de Responsabilidade Fiscal [LRF] está em vigor até hoje? Porque é exequível. Nossos governos cumpriram o tempo todo a LRF. Isso deu sustentabilidade às finanças públicas", declarou.

Gilberto Leite



Contrato para assumir de vez o controle da Rota do Oeste deve ser assinado no fim de janeiro de 2023

**CASO INÉDITO****Governo fecha acordo pela BR-163**

Da redação

O governo do Estado tem avançado nas negociações com instituições bancárias para assumir a concessão da BR-163, hoje sob o comando da Rota do Oeste, concessionária que pertence à Odebrecht Transport. O objetivo do governo é assumir o controle acionário da Rota para dar início às obras de duplicação da rodovia, hoje considerada o 'corredor da morte'.

Para assumir o empreendimento, o governo deve assumir as dívidas da Rota, que hoje estão em R\$ 920 milhões. O governador Mauro Mendes havia proposto o pagamento a vista de 40% da dívida, porém houve resistência. Após isso, Mauro propôs um 'earn-out', mecanismo utilizado em fusões para pagamento futuro vinculado ao cumprimento de meta.

"Nesta segunda-feira, tivemos a última rodada [de negociação] com os bancos, temos um e-mail formalizando. Agora haverá as devidas formalizações, os bancos precisam submeter o acordo a trâmites internos. Esta era a última pendência para assumirmos a concessão", afirmou Mauro Mendes. As informações são do Valor Econômico.

Ao Valor, o Banco Itaú confirmou que chegou a um acordo preliminar com o Governo do Estado. Já a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Banco do Brasil (BB) não comentaram nada, alegando se tratar de operação protegida por sigilo bancário. Com os avanços nas negociações, o governo já pode incluir na LOA 2023 os recursos que serão destinados para a operação.

O contrato para assumir de vez o controle da Rota deve ser assina-

do no fim de janeiro de 2023, pouco menos de 15 dias do prazo final para a assinatura. Porém, ainda há alguns detalhes quem podem gerar discussões, aponta o jornal. No entanto, a principal preocupação está sendo superada, que é a negociação das dívidas.

O acordo ainda precisa ser aprovado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), mas como a agência participou ativamente das negociações, o Estado não deve ter problemas nessa aprovação. Ainda segundo o Valor, a compra de ações de uma concessionária pelo poder público é algo inédito no Brasil.

Mauro Mendes propôs assumir a concessão, pagando apenas R\$ 1 por ação, considerado um preço simbólico. Em entrevistas anteriores, Mauro já afirmou que a empresa não terá nenhum lucro

na operação de venda. O objetivo do governo é investir R\$ 1,2 bilhão em obras nos primeiros anos para sanar problemas que causam acidentes fatais diariamente.

"É a rodovia mais importante do estado, que corta cidades com 65% da população e por onde passa grande parte do escoamento de soja e da produção do agronegócio. Então a solução é extremamente importante", afirmou Mendes.

A solução proposta pelo governo vai evitar que as obras demorem mais de 5 anos para terem início, já que uma nova licitação demoraria muito e, enquanto isso, acidentes continuariam a ocorrer na rodovia. Quando foi autorizada a concessão, em 2013, a concessionária havia se comprometido em duplicar 453 km, porém, apenas 26% das obras foram feitas.

**PESOU NO BOLSO**

Custo dos itens básicos para o sustento de uma família subiu mais 4,5%, chegando a R\$ 779,69 em Cuiabá, o maior valor da série histórica

# Preço da cesta bate novo recorde

**Disk Farmácia**  
Ligou. Pediu. Chegou.  
**3648-8888**

**FARMÁCIA**  
**Unimed**  
Cuiabá

**Da redação**

Com aumento de aproximadamente R\$ 34,00 em seu valor, o índice da cesta básica em Cuiabá registrou alta de 4,55% na segunda semana de dezembro sobre a semana anterior, fazendo com que o produto custasse R\$ 779,69, o maior da série histórica iniciada em março desse ano, segundo levantamento realizado pelo Instituto de Pesquisa e Análise da Fecomércio Mato Grosso (IPF-MT).

O crescimento no valor foi em alimentos considerados de sazonalidade, como a batata (13,8%), que apresentou uma variação nominal de R\$ 4,62 no seu preço. Outro item foi a carne, com alta de 9,64% sobre a semana passada e uma variação nominal de R\$ 22,53.

Segundo análise do IPF-MT, a elevação no preço da carne bovina pode estar relacionada ao aumento no consumo nas últimas semanas, consideran-



Preços da carne e da batata foram os que mais subiram na última semana

do as festividades mais próximas e a Copa do Mundo. Já o superintendente da Fecomércio-MT, Igor Cunha, esclarece que a elevação desses produtos não deve se manter.

“Além da carne e da batata, outros itens como o tomate e banana podem apresentar uma tendência de queda futura, com a possibilidade do fim do período chuvoso em áreas produtoras pode beneficiar estes alimentos. Com relação à farinha de trigo, o impacto no

preço é quase que exclusivamente provocado por fatores externos”, disse Igor Cunha.

O item, que apresentou aumento de 6,23% nesta semana, acumula a décima semana consecutiva de alta. O percentual de aumento, neste período, já chega a 39,72%, reflexo do aumento no valor atacadista observado em semanas anteriores e o impacto no mercado produtivo da farinha, diante de menores disponibilidades do trigo vindo da Argentina.

Já com relação aos produtos que tiveram redução no seu preço, o pão registrou variação negativa de -2,49% na semana e de -3,78% nas quatro semanas de quedas consecutivas. Assim como o café, que se mantém em queda por três semanas seguidas, com acúmulo percentual de -6,64%.

O açúcar e o leite também mostram variações negativas por 3 semanas seguidas, acumulando no período retração de -2,41% e 2,13%, respectivamente.

**1º LUGAR DO PAÍS**

## Indústria de Mato Grosso cresce mais de 24%

**Da redação**

A indústria mato-grossense cresceu 24,5% no acumulado do ano (janeiro a outubro). Esta é a 10ª alta consecutiva segundo o relatório elaborado pelo Observatório da Federação das Indústrias de Mato Grosso (Fiemt), com informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio da Pesquisa Industrial Mensal Pesquisa Industrial Mensal (PIM) Regional. O resultado coloca o estado acima de todas as demais unidades da federação e da média nacional, que apresentou recuo de 0,8%.

Também na comparação do acumulado janeiro-outubro de 2022 com 2021 da produção de setores, destaque para fabricação de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (álcool etílico e biodiesel) com 35% de alta, produtos alimentícios com 29,7% e fabricação de bebidas com 15,6%.

A alta na variação acumulada anual reflete a recuperação industrial frente ao baixo volume de produção verificado no ano passado. No entanto, a retração observada na comparação com o mês imediatamente anterior pode também refletir a sensibilidade e dependência

da produção industrial quanto disponibilidade de matéria-prima atrelada à produção dos ciclos da agropecuária.

Já na comparação de outubro de 2022 com outubro de 2021, Mato Grosso obteve o melhor resultado entre as demais unidades da federação destacando-se com 15,8%.

O presidente da Fiemt, Gustavo de Oliveira, aponta que a alta foi puxada principalmente pela boa performance da indústria alimentícia (carnes de bovinos congeladas, frescas ou refrigeradas, óleo de soja em bruto e tortas, bagaços, farelos e outros resíduos da extração do óleo de soja), coque e também da indústria de biocombustíveis (álcool etílico), que são importantes setores da plataforma agroindustrial do estado.

“Mato Grosso segue na liderança nacional porque sua indústria é moderna, eficiente e altamente focada em setores que têm grande demanda num momento de descarbonização da nossa economia, de aumento da produção de alimentos no mundo inteiro, e principalmente, de valorização da chamada indústria verde, de baixo carbono tem ainda mais condições de apresentar ótimas performances nos próximos anos”, pontua.



DESCONTOS DE ATÉ

**95%**

SOBRE JUROS E MULTA

PARCELAMENTO EM ATÉ

**48x**

PRORROGADO ATÉ 20/12

NEGOCIE **ON-LINE**

www.refis.cuiaba.mt.gov.br

REGULARIZE SUAS DÍVIDAS DE IPTU, ISSQN, INFRAÇÕES DE TRÂNSITO E OUTROS DÉBITOS INSCRITOS E NÃO INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA.

**POSTOS DE ATENDIMENTO**

- Centro Integrado de Atendimento ao Contribuinte (CIAC CENTRO)**  
Rua Barão de Melgaço, 3814 - Centro Norte  
Tel.: (65) 3317-5613
- Procuradoria Fiscal do Município**  
Av. Pres. Getúlio Vargas, 490 - Centro  
Tel.: (65) 3611-7350
- Secretaria de Mobilidade Urbana (SEMOB)**  
Rua 13 de junho, 1238 - Centro Sul  
Tel.: (65) 3315-4284

**NEGOCIE AQUI**

refis.cuiaba.mt.gov.br

**MUTIRÃO DA CONCILIAÇÃO FISCAL**

DESCONTOS DE ATÉ **95%** SOBRE JUROS E MULTA

PARCELAMENTO EM ATÉ **48x**

**CUIABÁ** PREFEITURA

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA** DO ESTADO DE MATO GROSSO

CUIABÁ PRA FRENTE CUIDANDO DA GENTE